

BARREIRAS COMUNICACIONAIS EVIDENCIADAS PELOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS¹

Sabrina Fernandes de CASTRO²

Maria Amelia ALMEIDA³

721

RESUMO: O objetivo desse texto é descrever as principais barreiras comunicacionais encontrados por estudantes com deficiência em universidades públicas brasileiras. Por barreiras comunicacionais entende-se “[...] qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa.” (BRASIL, 2000). A pesquisa foi realizada em 13 universidades públicas brasileiras, o método de investigação foi a “pesquisa de campo”. Optou-se por cinco fontes de evidências: questionário, entrevista semi-estruturada, documentos, observação direta informal e artefatos físicos. Os participantes foram: 1) Reitor(a) da instituição ou alguém por ele/ela designado; 2) Coordenador(a) do Processo Seletivo/Vestibular ou alguém por ele/ela designado; 3) Coordenador(a) do núcleo, serviço ou programa de atendimento especializado aos alunos com deficiência; e 4) Alunos com deficiência. As principais barreiras comunicacionais citadas pelos estudantes com deficiência foram: falta de informações e falta de intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). O que pode-se observar é que as universidades vêm desenvolvendo ações, porém ainda não são suficientes para a permanência e participação dos alunos com deficiência. Espera-se, por intermédio da divulgação dos resultados dessa pesquisa a possibilidade da implementação de ações que contribuam para a permanência, buscando influir, principalmente, mediante a sensibilização das autoridades competentes.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial. Ensino Superior. Pessoas com Deficiência. Barreiras comunicacionais.

Introdução

O objetivo desse texto é descrever as principais barreiras comunicacionais encontrados por estudantes com deficiência em universidades públicas brasileiras. Por barreiras comunicacionais entende-se “[...] qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa.” (BRASIL, 2000).

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil.

² Bolsista PNPd/CAPES/UFSCar. Pós-Doutoranda em Educação Especial. UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos – Pós-graduação em Educação Especial. São Carlos –SP – Brasil. 13565-905 - sabrinafcastro@gmail.br

³ UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos - Departamento de Psicologia. São Carlos –SP – Brasil. 13565-905 - ameliam@terra.com.br

O presente texto é um recorte da pesquisa realizada como requisito para doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), no Estado de São Paulo - Brasil. O objetivo da pesquisa de doutoramento foi **identificar as ações e iniciativas de universidades públicas brasileiras quanto ao ingresso e permanência de pessoas com deficiência⁴, a fim de verificar as barreiras e os facilitadores encontrados por esses estudantes no cotidiano do ensino superior**. Essa pesquisa surgiu da necessidade social de ampliar as discussões, os processos investigativos e as ações, atentando para as condições de acesso dos educandos com deficiência ao ensino superior (CASTRO, 2011).

Cabe destacar que “**acesso**” é compreendido de uma maneira ampla, ou seja, corresponde não só ao **ingresso** à universidade (por meio de um processo seletivo, justo e atento às necessidades dos alunos com deficiência), mas a **permanência** desse aluno na instituição (subsídios que garantam condições adequadas para a conclusão com sucesso do curso). Assim, acesso implica processo de mudança, e está relacionado a criar condições legais e direitos igualitários (MANZINI, 2008).

Nesse sentido, “[...] abrir espaços para refletir sobre as barreiras — sejam arquitetônicas, sejam atitudinais, sejam ainda materiais — é uma forma de romper com o imobilismo e apresentar caminhos mais inclusivos e justos na universidade.” (MOREIRA, 2004, p.70).

No Brasil, o Decreto nº 5.296, de 22 de dezembro de 2005, define barreiras como sendo “[...] qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação.” (BRASIL, 2005, p.03).

Para esse estudo, o método de investigação adotado foi a “**pesquisa de campo**”.

Na pesquisa de campo, o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta de dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador. (SEVERINO, 2007, p.123).

Para iniciar a pesquisa fez-se uma busca para identificar as possíveis unidades de análise. Foram tratados os números do Censo da Educação Superior de 2007 (BRASIL,

⁴ Neste trabalho optou-se pelo termo “**alunos com deficiência**” atendendo as prerrogativas da “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” (BRASIL, 2008b). Porém, outros termos irão aparecer devido as citações de autores ou dos documentos pesquisados.

2009), bem como realizadas consultas no *site* do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (BRASIL, 2008a) e nos *sites* das universidades, nos meses de março e abril de 2009.

Assim, a escolha das universidades se deu pelos números do Censo da Educação Superior de 2007, as universidades com mais de 20 alunos com deficiência matriculados foram convidadas para participar da pesquisa, sendo 15 universidades (de um total de 96 universidades).

Assim, as 15 universidades convidadas a participar da pesquisa foram: 1- Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC); 2- Fundação Universidade Federal de Viçosa (UFV); 3- Universidade de Brasília (UnB); 4- Universidade de São Paulo (USP); 5- Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG); 6- Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); 7- Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC); 8- Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL); 9- Universidade Estadual de Goiás (UEG); 10- Universidade Federal da Paraíba (UFPB); 11- Universidade Federal de Sergipe (UFS); 12- Universidade Federal do Paraná (UFPR); 13- Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); 14- Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e; 15- Universidade Regional de Blumenau (FURB).

Dessas 15, 13 aceitaram participar da pesquisa.

Os participantes selecionados para essa pesquisa foram: 1) Reitor(a) da instituição ou alguém por ele/ela designado (gestores institucionais); 2) Coordenador(a) do Núcleo de Seleção/Vestibular/Processo Seletivo da Instituição⁵ ou alguém por ele/ela designado; 3) Coordenador(a) do Núcleo, serviço ou programa de atendimento especializado⁶ aos alunos com deficiência e 4) Alunos com deficiência indicados.

Optou-se por cinco fontes de evidências diferentes, quais sejam: questionários, entrevistas, documentos, observação direta informal e artefatos físicos.

Assim, foram elaborados dois questionários e duas entrevistas. Das 13 universidades pesquisadas 10 (UFRN, UERN, UFPB, UFS, FURB, UDESC, UNESC, UNISUL, USP e UFPR) responderam ao primeiro questionário destinado aos gestores institucionais.

⁵ No Brasil, para ingressar no ensino superior os alunos são submetidos a provas de avaliação do desempenho, popularmente conhecida como “vestibular”.

⁶ Existem em algumas universidades brasileiras serviços de apoio aos alunos com deficiência, esses serviços prestam atendimento principalmente quanto a acessibilidade pedagógica e comunicacional (o principal serviço prestado é de adaptação de material pedagógico).

O segundo questionário, para os representantes do processo seletivo, foi devolvido por 9 universidades, quais sejam: UEMG, UFRJ, UERN, UFS, FURB, UDESC, UNESC, UNISUL e UFPR.

Foram realizadas 12 entrevistas com coordenadores do núcleo, serviço ou programa de atendimento especializado aos alunos com deficiência (UEMG não dispõe de serviços institucionalizados) e trinta entrevistas com alunos com deficiência⁷.

Vale destacar que o projeto da pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética da UFSCar.

Os procedimentos de análise de dados utilizados foram: **Descrição das Unidades de Análise e Análise de Conteúdo** (BARDIN, 1977).

Apesar de em nenhum momento da entrevista os alunos serem questionados diretamente sobre as barreiras impostas para a sua permanência na universidade, essas foram predominantes em seus discursos. As barreiras citadas foram elencadas em quatro categorias, sendo elas: Arquitetônicas; Comunicacionais; Pedagógicas; e Atitudinais.

Nesse texto iremos abordar especificamente as barreiras comunicacionais.

Para os alunos com deficiência visual, as dificuldades referem-se às informações que são passadas em murais ou na lousa da sala de aula. Os alunos 02 e 30 apresentam exemplos:

Como a escola de música está ligada à cultura, e por conseqüente, eventos culturais, recebe diversos informativos anunciando eventos, concertos, cursos, oficinas etc. No curso temos que cumprir uma carga horária em participações em tais eventos, para comprovação de estágio e acréscimo no currículo. Estes informativos são afixados em murais pela escola. Nós deficientes ficamos muito por fora de tais eventos. Seria ideal que também tivéssemos acesso por meio de transcrições em Braille e ampliada. (aluno 02).

Por exemplo, as vezes você chega em uma sala e tá no quadro escrito que não vai ter aula, aí como que você vai adivinhar? Então é uma coisa meio chata, deveria ser colocada, por exemplo, no próprio site, [...], os professores poderiam mandar e-mail, ou coisa assim, é porque fica difícil a gente, porque quem enxerga tudo bem, mas quem não enxerga? Como que vai saber? Eu perdi um tempão dentro de uma sala pra saber que não tinha aula, eu não ia adivinhar. (aluno 30).

O relato do aluno 02 é bastante semelhante ao exemplo citado por Manzini (2008), como sendo uma barreira de informação, destacando a falta de informação dos eventos culturais e outras fornecidas somente em tinta.

⁷ Para evitar a identificação, os nomes dos alunos serão substituídos por números (aluno 01, aluno 02, assim por diante, até 30). Em nenhum momento, será estabelecida relação entre essa identificação numérica e a universidade ou curso que o aluno frequenta.

Para os alunos com surdez, o problema de comunicação, de acesso à informação, é ainda maior, pois há falta de intérpretes LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) nas universidades. Dos três alunos com surdez entrevistados, somente um contava com intérprete em todas as atividades acadêmicas. Quanto aos outros dois, o intérprete somente os acompanhava nas atividades diferenciadas, como provas, trabalhos, eventos.

Uma coisa que tem na (Nome da Universidade) é um intérprete por aluno, mas se o intérprete faltar não tem substituto... (aluno 01).
Professor não sabe nada de LIBRAS, os alunos também não, não tem intérprete, [...] com intérprete era fácil. (aluno 10).

Na pesquisa de Ansay (2009), os alunos também denunciam a falta de intérpretes nas universidades pesquisadas.

A presença de intérprete nas atividades acadêmicas é fundamental, pois favorece a interação entre os alunos com surdez e ouvintes. A ausência dessa forma de comunicação faz com que as informações cheguem aos estudantes com surdez de maneira inadequada, incompleta e, muitas vezes, torna inacessível.

Além de ser importante a presença desse profissional em sala quando se tem alunos surdos, essa presença é considerada um requisito mínimo de acessibilidade na Portaria nº 3.284/2003 (BRASIL, 2003) e no Decreto nº 5.626/2005 (BRASIL, 2005).

A Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiências, para a autorização e reconhecimento de novos cursos e credenciamento de instituições de ensino superior, considera: “[...] a necessidade de assegurar aos portadores de deficiência física e sensorial condições básicas de acesso ao ensino superior, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações das instituições de ensino.” (BRASIL, 2003). Os requisitos mínimos de acessibilidade de que trata essa portaria, para alunos com deficiência auditiva, são os seguintes:

- a) propiciar, sempre que necessário, intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno;
- b) adotar flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
- c) estimular o aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado;

d) proporcionar aos professores acesso a literatura e informações sobre a especificidade lingüística do portador de deficiência auditiva. (BRASIL, 2003).

Já o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, inclui a LIBRAS como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia e dispõe, também, sobre a formação do professor, do instrutor, do tradutor e do intérprete de LIBRAS entre outros assuntos. Destaque para o Artigo 23º: “As instituições federais de ensino, de educação básica e superior, devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação.”, parágrafo 1º: “Deve ser proporcionado aos professores acesso à literatura e informações sobre a especificidade lingüística do aluno surdo.” (BRASIL, 2005).

No Brasil, pode-se verificar a qualidade e a quantidade de ordenamentos jurídicos que corroboram com a educação das pessoas com deficiência, também, no ensino superior, porém o que se observa é que a maioria dessas letras não são colocadas em prática. Conforme coloca Silva (2010, p.182):

Por parte das autoridades, verificam-se muitos discursos políticos e poucas ações no sentido em se fazer cumprir com os ordenamentos jurídicos, dispositivos legais e normativos, os quais apóiam e defendem a todos o direito de igualdade, de ir e vir, de acessibilidade, de educação, assim como em relação a tantos outros direitos previstos em tais documentos.

Isso fica constatado nos relatos dos alunos que demonstram haver uma lacuna entre a realidade vivenciada no contexto acadêmico e as determinações estabelecidas pelos dispositivos legais, principalmente, quando os alunos citam as barreiras ainda encontradas no ensino superior, tais com a falta de informações acessíveis e intérpretes de LIBRAS.

Espera-se que as discussões aqui propostas possam colaborar com a área, mas, principalmente, que indiquem alternativas viáveis para melhorar o cotidiano dos alunos com deficiência no ensino superior brasileiro. Assim, espera-se, por intermédio da divulgação dos resultados desta pesquisa, a possibilidade da implementação de ações

que contribuam para a permanência, buscando influir, principalmente, para a sensibilização das autoridades competentes.

COMMUNICATION BARRIERS EVIDENCED BY STUDENTS WITH DISABILITIES IN BRAZILIAN PUBLIC UNIVERSITIES

ABSTRACT: *The main goal of this study were to identify the actions and initiatives coming from the Brazilian public universities that regards to the entrance and permanence of people with disabilities, paying attention to the barriers and the facilitators that the students are facing in the higher education. Those barriers were split in four categories: Architectonic; communicational; pedagogic and behavioral. This study is going to be specifically regarding the communicational barriers. This survey was conducted in 13 Brazilian public universities; the research method is the "field research". For this research have been chosen five different sources of evidence, such as: questionnaires, semi-structured interview, documents, informal direct observation and physical artifacts. Survey participants were: 1) The College Dean or someone designated by him/her (institutional managers); 2) The Coordinator of the admission process or someone assigned; 3) Coordinator of service or assistance program for students with disabilities; and 4) Students with disabilities. The main communicational barriers found in the universities were: lack of information and translators. What can be observed is that the universities have been developing actions, yet they are not sufficient to keep and allow the student with disability to participate in class. It is hoped that through the dissemination of the results of this research there should have a possibility to implement actions that will contribute to the students' permanence, seeking to influence and raise awareness of the authorities.*

KEY WORDS: *Especial Education. Public universities. People with disabilities. Communicational barriers.*

REFERÊNCIAS

ANSAY, N. N. **A trajetória escolar de alunos surdos e a sua relação com a inclusão no Ensino Superior.** 2009. 133f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: 70, 1977.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior de 2007: alunos portadores de necessidades especiais: Dados Estatísticos por cursos de graduação presenciais, por Instituição da Educação Superior.** Brasília: INEP, 2009. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <sabrinafcastro@gmail.com> de <dora@inep.gov.br> em 30 abr. 2009, as 15:58.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Cadastro das Instituições de Ensino Superior**. Brasília: MEC, 2008a. Disponível em: <<http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/inst.stm>>. Acesso em: 26 maio 2008.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008b.

_____. Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 23 dezembro 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 12 jul. 2007.

_____. Ministério da Educação. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições **Portaria Federal nº 3.284/2003**, de 07 de novembro de 2003. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.mp.sc.gov.br/portal/site/portal/portal_lista.asp?campo=1015>. Acesso em: 15 jul. 2007.

_____. Lei Nº 10.098, promulgada em 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 dezembro 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei10098.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2007.

CASTRO, S. F. **Ingresso e permanência de alunos com deficiência em Universidades Públicas Brasileiras**. 2011. 245f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

MANZINI, E. J. Acessibilidade: um aporte na legislação para o aprofundamento do tema na área de educação. In: BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. R. M.; JESUS, D. M. de (Org.). **Educação Especial: diálogo e pluralidade**. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2008. p.281-289.

MOREIRA, L. C. **Universidade e alunos com necessidades educacionais especiais: das ações institucionais às práticas pedagógicas**. 2004. 300f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, A. G. da. Acessibilidade na Universidade do Estado do Pará - UEPA: um estudo nos *campi* da capital (Belém). In: MARTINS, L. de A. R. et al. **Educação & diversidade: saberes e experiências**. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2010. p.179-192.